
APRESENTAÇÃO

Mostrando uma jovem dama francesa embrenhada na solitária leitura de um livro de bolso, provavelmente um romance, a tela *A Leitora* (1770-72) de Jean-Honoré Fragonard – reproduzida em nossa capa – é uma das inúmeras imagens de leitura que povoam a obra de pintores europeus a partir do século XVIII, época em que “a febre de ler” está instaurada na Europa. O presente número de *Horizontes Antropológicos*, ao abordar “cultura escrita e práticas de leitura”, abre-se para um tema que só recentemente foi reconhecido como um objeto de pesquisa não normativo pelas ciências humanas.

Por muito tempo ocupada com sociedades que a desconheciam ou pouco a utilizavam, a antropologia especializou-se em formas orais de cultura, em tudo estranhas aos efeitos do letramento. Símbolo de uma auto-imagem hegemônica e erudita do Ocidente, tradicional recurso de consolidação de hierarquias culturais, as representações e práticas institucionais a respeito da “escrita” abrigaram uma sucessão descontínua e por vezes contraditória de ideologias justificadoras do poder vigente, assim como habitaram praticamente todos os projetos de emancipação e criação de novas ordens sociais, a partir do Iluminismo.

Em seus inícios, a escrita surgiu como posse exclusiva de castas letradas e sacerdotais, e logo foi alçada a dispositivo essencial para o exercício do poder. Pela primeira vez uma técnica cultural permitia a exteriorização da memória em suportes materiais, a classificação e gerência das coisas, pessoas e lugares do mundo em listas inspecionáveis e, finalmente, a inscrição dos ditos, feitos e narrados em registros separados e comparáveis, totalmente diversos dos recursos da oralidade. A democratização da cultura escrita por via da educação, o surgimento da imprensa, tornando-a teoricamente acessível à maioria dos cidadãos das repúblicas modernas, e a emergência da indústria do livro consignaram a escrita como “prática mítica moderna” – para usar a expressão de Michel de Certeau –, aquela que produz as expressões culturais mais solenes e importantes, como o direito, a ciência e a literatura. A escrita parecia estar marcada desde a origem pela relação com o poder e a norma culta que nem

chegava a colocar-se como um objeto para as ciências sociais.

A cultura escrita era um tema interdisciplinar antes mesmo da idéia do “interdisciplinar” ter-se firmado como bandeira para os profetas da complexidade. Quando os antropólogos voltaram-se para o estudo das sociedades complexas modernas, quando o outro exótico tornou-se, nas palavras de Marc Augé, um “outro próximo”, quando a diversidade cultural, geográfica e social passa a ser diversidade e desigualdade no interior da grande metrópole, um curioso deslocamento de perspectiva permitiu ao antropólogo reconhecer a escrita e os valores letrados na vida e visão de seus informantes, sem contudo elaborá-la como um problema etnográfico. Escrita e leitura – afora a escrita do próprio antropólogo – eram no máximo um resíduo incômodo a ser pacificado em meio à jusante descritiva de dados etnográficos orais e visuais. Era imperativo dar expressão e narrativa à cozinha da vida social, expor os imponderáveis da vida cotidiana, de preferência em meio a dramas sociais singulares, em que pululavam vozes subalternas recém-traduzidas e que pareciam cheias de uma plenitude cultural autônoma. Assim, as práticas de escrita e de leitura, inclusive entre povos semiletrados, eram letra morta etnográfica num mundo tão animado por rumores, imagens, conflitos, ritos, corpos performáticos e falas diante do antropólogo-testemunha.

Essa situação mudou através de diferentes influências, oriundas seja dos estudos clássicos, seja da história, seja da própria antropologia, desde que Jack Goody, Eric Havelock, Walter Ong e outros pioneiros publicaram estudos mostrando as peculiaridades da cultura escrita, demarcando o espaço e a riqueza e a autonomia de universos orais. A tese da “grande partilha” entre oralidade e escrita, se foi intensamente produtiva para a pesquisa da diversidade de formas orais e escritas em diferentes sociedades e épocas, ganhou também o seu lugar no museu das dicotomias estanques e promessas universalistas não realizadas. Nem tecnologia suprema do intelecto nem item sem charme ou importância, a escrita conserva toda a aura de um dos grandes enigmas antropológicos em termos de causalidade e relevância, ainda que circunscrita por inúmeras articulações e correlações com outros parâmetros como *status*, papel, trajetória, etc. Mesmo não tendo sido completamente desconstruída como “tecnologia emergente do intelecto”, reconhecendo-se a diferença instituída entre o dito fixado por escrito e o interpretado – como salienta David Olson –, a escrita perde o

seu caráter de fetiche ideológico ou de novo paradigma cultural para inscrever-se em programas de pesquisa de realidades históricas e culturais contingentes e locais.

A realidade das inúmeras apropriações particulares da cultura escrita, se parece ferir de morte o caráter monolítico e dualista da tese da grande partilha, veio a revalorizar, em tempos de Internet, o estudo da importância dos suportes materiais da escrita e, sobretudo, das práticas de leitura, comandadas por protocolos nem sempre seguidos à risca, como tem insistido o historiador Roger Chartier.

Horizontes Antropológicos tem a peculiaridade de abrir um número para essa discussão, destacando o trabalho seminal do antropólogo inglês Jack Goody sobre a cultura escrita, publicando uma entrevista recente feita Peter Burke e Maria Lúcia Pallares-Burke, historiadores de Cambridge.

Contrariando os pressupostos de uma história da imprensa marcada pela idéia de progresso, André Belo evidencia a diversidade de fontes de informação impressas e manuscritas que circulavam entre os leitores e redatores de um jornal na Lisboa do século XVIII. Pelo fio de um incidente diplomático, ficamos sabendo como os letrados da sociedade lisboeta lidavam com o que podia ou não ser impresso, o que não correspondia ao volume de informação manuscrita corriqueiro à época. Com efeito, longe de um controle estrito sobre a informação impressa, a coexistência de mídias manuscritas e impressas, juntamente com a circulação de diversos jornais europeus, indica que o “horizonte de expectativas” das elites leitoras lisboetas tinha os seus patamares próprios de leitura e estratégias de confiabilidade e seleção das informações, num registro que não poderia ser reconstituído com base em um único veículo.

Os costumes das elites letradas espanholas durante o chamado “século de ouro espanhol” são tratados no texto de Antonio Castillo Gómez. A moda dos livros de memória, livros de contas e livros de família, presentes como vestígios, citados em relatos e mencionados na ficção, funciona como um prisma para compreender o universo mental das elites da época, revelando os diversos usos sociais do letramento para aqueles grupos.

Andrea Daher explora as fascinantes relações entre colonizadores europeus e os índios brasileiros nos dois primeiros séculos da colonização do território brasileiro, reconstituindo o drama lingüístico, político e teológico que marcou as relações entre ambos os grupos. A autora mostra como a

genealogia do “bom selvagem” iluminista remonta a este capítulo da pré-história religiosa da tolerância moderna, onde um universo de estratégias coloniais de conversão dos índios pelos franceses empregava peculiares visões de língua, observação e compilação dos costumes e, até mesmo, o uso de intérpretes forçados a viver desde criança entre os índios.

Eduardo Neumann escreve sobre um aspecto praticamente inexplorado da Guerra Guaranítica: o uso de cartas por uma elite indígena educada nas missões jesuíticas e que num breve período – logo depois arrasado pelos canhões europeus –, afasta-se dos sacerdotes para fazer um uso autônomo da cultura escrita, buscando afirmar suas pretensões ao território. O texto também registra o infortúnio de alguns desses homens, que não aprenderam a desconfiar o suficiente da palavra escrita, a ponto de se deixarem iludir por acordos assinados pelos inimigos brancos.

O artigo de Verónica Sierra Blas explora o abundante manancial das cartas dos imigrantes em vários contextos históricos entre os séculos XIX e XX. Seiva que alimentou os vínculos com parentes nos países de origem, a vontade de escrever cartas estimulou o letramento de muitos imigrantes. Estes utilizaram a escrita pessoal como um forte instrumento de elaboração de sua nova identidade, reafirmando laços e buscando ora convencer, ora dissuadir seus parentes a acompanharem seus passos. A autora assinala que a intensidade ou diminuição no ritmo da escrita de cartas obedece a um padrão definido pelo progresso da inserção do migrante em seu universo social de acolhida, como se a velha suposição de uma relação entre angústia e escrita ganhasse um novo lastro histórico na cultura epistolar dos imigrantes.

Giralda Seyferth incursiona no âmago da formação de uma “cultura teuto-brasileira” entre fins do século XIX e início do XX a partir do exame de uma literatura produzida por intelectuais que glorificaram o colono alemão, adaptando ao solo brasileiro a mística romântica das raízes germânicas. O resultado é uma contribuição substancial para a história da questão étnica alemã no Brasil, onde as inúmeras nuances e tensões internas na colônia, sempre tensionada pelo dilema entre etnicidade e nacionalismo, estão todas registradas nessa literatura – ela mesma um depósito de sentidos diversos –, devidamente contextualizada e periodizada nesse artigo.

Márcia Abreu investiga as complexas relações entre folhetos de cordel e literatura erudita, mostrando os mecanismos pelos quais, submetida a

fórmulas de composição, esta é simultaneamente “popularizada” e “oralizada” pelos autores de cordéis. A autora compara vários trechos de peças da literatura erudita e de cordéis que a reescreveram, evidenciando as regras de formação da “história bonita”, termo usado por um dos compositores para designar a diferença específica que resulta do tratamento formular do erudito.

Jerusa Pires Ferreira, conhecida por seus trabalhos sobre editoras e livros populares, convida o leitor a examinar os chamados “livros de sonhos”. Elaborando sua discussão no nexos entre um sentido interno proposto pelo texto e o concreto suporte editorial que a realiza, a autora constata o inegável sucesso dessas obras junto a um amplo espectro social de leitores. Longe de reduzir o seu estatuto a uma monolítica indústria cultural ou de perpetrar o erro contrário de romantizar o caráter popular de sua autoria, a autora prefere pensar um diálogo entre uma “cultura das bordas” e as tradições psicológicas de interpretação do material onírico. Aliás, cultura psicológica que não deixa de circular e influenciar a imaginação dos autores desses manuais populares de sonhos.

Bruno Mafrá Ney Reinhardt e Léa Freitas Perez incursionam nos diálogos filosóficos ensejados pela noção da escritura em Lévi-Strauss, Jacques Derrida e James Clifford. Da revisão da famosa *Lição de Escritura* em *Tristes Trópicos* aos comentários críticos de Derrida e Clifford, os autores discutem os pressupostos da noção da escrita na tradição filosófica ocidental, em suas relações com o poder, a antropologia e a representação. Nessa discussão são retomados alguns dos temas favoritos dos filósofos e antropólogos pós-modernos: quais os limites e aporias do projeto antropológico de representar o outro? Não se estará, no limite, exorcizando os aspectos erráticos e indomáveis de sua diferença irreduzível e em constante expansão, para convertê-lo em alteridade ventríloqua do discurso do eu?

A partir de observação participante de um grupo de estudos kardecista em Porto Alegre, Bernardo Lewgoy realiza uma etnografia dos usos e estratégias de interpretação de uma específica literatura religiosa. Além de realizar uma etnografia das exegeses feitas em diálogos no grupo, o texto de Lewgoy enfatiza que, ao lado do componente igualitário, racionalista e escolar do discurso religioso espírita, há uma forte dimensão informal e moral na socialização letrada dos membros do grupo. Assim, a par da

formação de oradores e palestrantes, no grupo aprende-se a nunca dissociar a interpretação do texto sagrado da mediação de uma hierarquia poderosa e personalizada, cuja autoridade e funcionamento é comparável à de outros segmentos da sociedade brasileira, religiosos ou não. O autor também explora o aprendizado de mecanismos formulares pelos quais o espiritismo, alternativa religiosa de camadas médias urbanas, produz e reafirma lingüisticamente a sua eficácia simbólica.

Em *Espaço Aberto* temos um artigo e uma entrevista.

O artigo é de Sérgio Alves Teixeira sobre a *camisola do dia* do casamento. Na tradição de Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Roberto da Matta e de outros consagrados autores, de estudar o cotidiano da vida brasileira, com pesquisa de campo, e munido de uma bibliografia sobre honra, ritual e simbolismo, Teixeira investiga uma importante instituição nupcial desaparecida do cenário brasileiro desde os anos 1960: o uso de roupas especiais para marcar mudança do *status* social da nubente, como rito prévio à primeira relação sexual da mulher casada.

A entrevista é com Jack Goody, consagrado antropólogo inglês com destacada atuação como africanista e etnohistoriador. A entrevista focaliza a importância da cultura escrita em sua trajetória. Ele foi entrevistado, especialmente para este número de *Horizontes Antropológicos*, por Maria Lúcia Pallares Burke e Peter Burke, historiadores da Universidade de Cambridge.

Queremos ressaltar, finalmente, que este número de *Horizontes Antropológicos* faz jus à importância da escrita não apenas por sua vocação interdisciplinar ou porque passou a integrar o rol de objetos “nobres” da antropologia. A cultura escrita é importante em nossa agenda de pesquisa porque sabemos que as ciências humanas subsidiam o papel do Estado na formulação de políticas públicas que efetivamente contribuirão para universalizar o acesso a seus desejados efeitos, da redução das desigualdades sociais à promoção da cidadania, simultaneamente um objeto de pesquisa e um item obrigatório da agenda civilizatória contemporânea.

Bernardo Lewgoy